



PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS EM ANÁLISE ORGANIZACIONAL

Mário Sacomano Neto

Oswaldo Mário Serra Truzzi

Departamento de Engenharia de Produção
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
São Carlos – SP

E-mails: pmsn@zaz.com.br, truzzi@power.ufscar.br

Resumo

A evolução dos estudos em teoria das organizações revela uma trajetória de diversas correntes e contrastes. Ao invés de a teoria organizacional compor um conjunto unificado de conceitos e interpretações, mostra-se fortemente diversificada e conflituosa entre os vários agentes e suas respectivas formas de “enxergar” a organização. O objetivo deste artigo é apresentar algumas perspectivas teóricas contemporâneas em análise organizacional: dependência de recursos, ecologia das populações, contingência estrutural, nova economia institucional e novo institucionalismo. Essas perspectivas representam sinais importantes para o avanço e sistematização das análises organizacionais contemporâneas, uma vez que há uma crescente tentativa em construir pontes entre as perspectivas econômicas e sociológicas, estruturais e racionais, e entre teorias institucionais e ecológicas. Busca-se, com esse referencial teórico, apresentar conceitos, níveis de análise, principais variáveis, críticas e principais autores através de um quadro de referência das respectivas perspectivas apontadas para que novas abordagens sejam reconhecidas e analisadas.

Palavras-chave: *análise organizacional, teoria organizacional, perspectivas contemporâneas.*

1. Introdução

Em um contexto histórico, os estudos organizacionais têm origem nos escritos de

pensadores do século XIX, como Saint-Simon, que buscaram interpretar as transformações ideológicas e estruturais com o surgimento do capitalismo industrial (REED, 1998). As análises

organizacionais ganham grande impulso na segunda metade do século XIX, com obras de autores clássicos, como Adam Smith, Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber, entre outros (HATCH, 1997). A preocupação desses pensadores voltava-se para questões da mudança das bases das organizações dentro da sociedade, com a crescente industrialização e suas conseqüências com relação à natureza do trabalho. Com o impulso da industrialização norte-americana e inglesa, os estudos organizacionais ganharam um conjunto de abordagens. Os trabalhos de Frederick Taylor, Henry Fayol e Chester Barnard foram precursores das análises práticas e operacionais referentes aos problemas encontrados pelos gerentes das organizações (HATCH, 1997). Após a contribuição desses autores clássicos, foram inúmeras as abordagens, teorias e modelos presentes nas análises organizacionais. Parte significativa da riqueza dos estudos organizacionais é explorada por HATCH (1997), REED (1998) e BURREL & MORGAN (1979) por meio de grandes referenciais teóricos e aqui entendidos como metateorias. Se na perspectiva de HATCH (1997) a teoria organizacional tem sua evolução em quatro grandes perspectivas – clássica, moderna, simbólico interpretativa e pós-moderna – no modelo de REED (1998) a metateoria é entendida por meio de temas como racionalidade, integração, mercado, poder, conhecimento e justiça; enquanto na perspectiva de BURREL & MORGAN (1979), a análise organizacional é entendida por meio de quatro paradigmas: funcionalista, interpretativo, humanismo radical e estruturalismo radical. O esforço desses autores é significativo para a construção de novos referenciais teóricos e analíticos. Não é objetivo deste texto destacar características inerentes às metateorias destacadas mas, sim, refletir sobre características e peculiaridades de algumas perspectivas contemporâneas em análise organizacional. Entretanto, considera-se importante uma reflexão acerca da história da teoria organizacional que permita elucidar as raízes epistemológicas das teorias organizacionais contemporâneas.

O critério de classificação das perspectivas que serão abordadas neste texto leva em consideração a complexidade do ambiente em que as organizações estão inseridas. As cinco perspectivas exploradas compartilham a análise das relações organizacionais com os atores externos, embora, o novo institucionalismo avance também nas questões cognitivas e comportamentais dos atores individuais. Atualmente, é grande o interesse da sociologia econômica, economia e dos estudos organizacionais, a respeito das relações dos atores econômicos e os impactos no comportamento, no desempenho, na forma de governança, nos recursos, na estratégia e na população de organizações (UZZI, 1996; GRANOVETTER, 1985; WILLAMSON, 1996; PFEFFER & SALANCIK, 1982; POWELL & DIMAGGIO, 1991; GULATI, NOHRIA & ZAHEER, 2000; HANNAN & FREEMAN, 1977). Entretanto, as perspectivas mencionadas utilizam diferentes variáveis, conforme seus respectivos pressupostos e tradições metodológicas: a dependência de recursos trabalha no nível das interações ambientais e dos controles interorganizacionais; a ecologia das populações foca a população de organizações e os nichos ecológicos; a contingência estrutural foca os fatores ambientais que condicionam a forma organizacional; a nova economia institucional salienta os custos de transação e as formas de governança; e o novo institucionalismo trata de como as organizações surgem, tornam-se estáveis e como são transformadas.

Do ponto de vista metodológico dos estudos organizacionais, a interdisciplinaridade entre as perspectivas contribui para enxergar o fenômeno organizacional de diversos ângulos, inclusive complementares. HALL & TAYLOR (1996) destacam que as abordagens racionais e culturais têm um espaço de diálogo, uma vez que o comportamento dos atores é condicionado ora por uma visão estratégica e ora por uma visão cultural. Os autores discutem um possível intercâmbio nas análises institucionais entre as perspectivas históricas, racionais e sociais, mas ressaltam limites para tal integração em função

de diferença básicas da dimensão humana e os efeitos que as instituições podem gerar no comportamento dos atores. No entanto, convém lembrar o caráter persistentemente heterodoxo dos estudos organizacionais em considerar diversas perspectivas para o entendimento de diversos ângulos e peculiaridades da organização.

Neste artigo enfatiza-se a interface da organização com o ambiente externo através das diferentes perspectivas apontadas; para isso, o artigo faz uma revisão parcial dos temas. Não é objetivo deste artigo esgotar todas as perspectivas contemporâneas em análise organizacional em razão ao amplo “guarda chuva” teórico e empírico que a teoria organizacional avança atualmente. Para uma macroanálise dos estudos organizacionais, ver em REED (1998), BURREL & MORGAN (1979) e HATCH (1997).

2. Perspectivas Contemporâneas em Análise Organizacional

É evidente o interesse em explorar características e peculiaridades das recentes perspectivas em análise organizacional, pois o momento atual mostra-se complexo aos olhos dos analistas. Nas palavras de REED (1998, p.62), “os estudiosos contemporâneos das organizações encontram-se numa posição histórica e num contexto social em que as certezas ideológicas e os remendos técnicos que outrora eram o suporte de sua disciplina estão sendo questionados e aparentemente já começam a recuar no debate sobre a natureza da organização”. O autor resgata Kuhn ao destacar que a teoria organizacional necessita de uma ciência revolucionária onde o objeto de estudo e os modelos de interpretação estejam expostos à crítica e à reavaliação contínua.

A multiplicidade de correntes em teoria organizacional recebe influência das mais diversas áreas, tais como: engenharia, sociologia, psicologia social, administração, antropologia, biologia, política, economia, entre outras. Por este fato, a teoria das organizações abre vários caminhos analíticos, principalmente pela sua interdisciplinaridade, revelando uma riqueza

inerente em seus estudos. Conforme observado por FLIGSTEIN (1985, p.377), “cada escola de pensamento tem a tendência de conceber sua teoria como uma explicação causal total dos fenômenos organizacionais. Uma das tarefas centrais da teoria das organizações é reorientar as áreas de uma maneira que vemos as teorias competidoras como contribuintes ao entendimento dos fenômenos organizacionais”. Isto reflete a ambigüidade dos conceitos nos estudos organizacionais, o que encoraja a contínua desconstrução de conceitos e pressupostos para a construção de novos referenciais (HATCH, 1997).

Desta forma, pretende-se elucidar algumas perspectivas recentes em análise organizacional. O debate e os julgamentos entre as diferentes perspectivas resultam em um novo vocabulário para as análises organizacionais (ALDRICH, 1999). Reflexões teóricas dessa natureza permitem o entendimento integrado das organizações, embora apresentando uma teoria não integrada (ALDRICH, 1999). O autor destaca que a diversidade de teorias não é só tolerável, mas necessária para que as novas abordagens possam ser reconhecidas, apreciadas e integradas dentro das estruturas analíticas da teoria organizacional. Neste artigo, pretende-se abordar as seguintes perspectivas: ecologia das populações, dependência de recursos, contingência estrutural, nova economia institucional e novo institucionalismo. A importância dessa reflexão teórica torna-se importante à medida que existe uma crescente tentativa em construir pontes entre as perspectivas econômicas e sociológicas, estruturais e racionais e entre teorias institucionais e ecológicas (NOHRIA & GULATI, 1994). Neste artigo busca-se construir um quadro de referências acerca do nível de análise, principais variáveis, críticas e principais referenciais teóricos das perspectivas destacadas.

2.1 Ecologia das Populações

A perspectiva da ecologia das populações enfatiza a capacidade adaptativa das organizações. O argumento principal da ecologia das

populações é que o ambiente seleciona tipos de organizações que se adaptam às características ambientais (NOHRIA & GULATI, 1994). O nível de análise dessa perspectiva envolve um conjunto de organizações, e não organizações individuais. Os trabalhos desta perspectiva têm raízes nas pesquisas de HANNAN & FREEMAN (1977) publicadas em *The population ecology of organizations*. Atualmente, é crescente o volume de estudos dedicados ao entendimento das mudanças organizacionais, por meio dos processos de seleção ambiental. As explicações dos ecólogos organizacionais buscam esclarecer como as condições políticas, econômicas e sociais afetam a diversidade de organizações e como justificam sua composição mutante ao longo do tempo (BAUM, 1998). Os ecólogos organizacionais focalizam os números de fundação e fracasso, criação e morte de populações organizacionais (BAUM, 1998). População é entendido como um conjunto de organizações engajadas em atividades similares de utilização de recursos. BAUM (1998) destaca que a formação das populações é resultado de um processo que isola ou segrega um tipo de organização de outras, incluindo incompatibilidades tecnológicas e ações institucionais. Este modelo tem influências da ecologia e tornou-se uma “ciência polimórfica” abrangendo aspectos relacionados aos fenômenos naturais e sociais. O ambientalismo está diretamente relacionado com as interações entre biosfera, tecnosfera e sociosfera (EGRI & PINFIELD, 1998).

Uma contribuição importante da ecologia das populações está em explicar como os fatores ambientais selecionam as características organizacionais que melhor se adaptam ao ambiente (ALDRICH & PFEFFER, 1976). As organizações que melhor se adaptarem ao ambiente são selecionadas e são destacadas, em contrapartida a aquelas que apresentam maior dificuldade de adaptação. Como se trata de um modelo análogo à seleção natural, ALDRICH & PFEFFER (1976) destacam a existência de três estágios. O primeiro refere-se à variação das formas organizacionais conduzidas em função

das pressões ambientais. O segundo estágio é a seleção onde somente algumas formas organizacionais se ajustam ao ambiente. O terceiro e último estágio é o da retenção onde as formas selecionadas são preservadas, duplicadas e reproduzidas. Os autores ressaltam que a estrutura das organizações sofre pressões inerciais, internas ou externas. As pressões internas são: investimento em plantas, equipamentos e profissionais especializados, informações em posse dos tomadores de decisão, políticas internas e a sua história. As pressões externas são: barreiras legais ou fiscais dos mercados, informações do ambiente externo, legitimidade da organização para com o ambiente, estabelecimento de estratégias em um ambiente competitivo.

Esta abordagem enfoca a relação da organização com o ambiente, abrindo espaços para estudos voltados à organização social humana e, principalmente, para análises dos efeitos do ambiente sobre a estrutura organizacional (HANNAN & FREEMAN, 1977). Pesquisas relacionadas à morte organizacional têm recebido atenção de alguns pesquisadores (HALL, 1990). Em um nível organizacional, pode-se rastrear o crescimento e o declínio de populações inteiras. A comunidade ecológica é outra forma de análise onde se examina populações de uma mesma região. Busca-se traçar características e similaridades entre populações de organizações e como “sobrevivem” no ambiente.

As críticas a esta perspectiva estão relacionadas à dificuldade em especificar fontes originais de variação das populações, os processos gerenciais e as dificuldades em considerar aspectos relacionados ao poder, conflito e a análise dos processos sociais (HALL, 1990). Ainda NOHRIA & GULATI (1994) destacam que a ecologia das populações vem sendo criticada pelas estreitas definições de organizações e um excessivo conjunto de definições de populações organizacionais. Destacam também uma desatenção a questões ligadas ao monopólio e controle de recursos.

2.2 Dependência de Recursos

A perspectiva da dependência enfatiza os fluxos de recursos através das interações ambientais. Assim como a perspectiva da ecologia das populações, a dependência de recursos considera que o ambiente exerce uma influência crítica nas organizações. Entretanto, sua ênfase principal concentra-se no fluxo de recursos críticos e escassos. O nível de análise dessa perspectiva situa-se nas relações interorganizacionais. Este modelo tem fortes laços com a economia política das organizações (HALL, 1990) e com a sociologia (NOHRIA & GULATI, 1994). A raiz histórica desta perspectiva está nos trabalhos de PFEFFER & SALANCIK (1978) publicados em *The external control of organizations*. Nesse trabalho os autores destacam que esta perspectiva tem recebido maior importância desde que as organizações passaram a controlar e alterar as atividades de outras organizações. Este comportamento se consolida como um mecanismo para minimizar sua vulnerabilidade e dependência ambiental. Essa perspectiva traz uma nova consideração das ações e decisões das organizações na medida em que possibilita aos gerentes e administradores compreender e agir conforme as relações de poder e dependência existentes entre as organizações e os atores da rede (HATCH, 1997).

A dependência de recursos considera ativo o processo de interação com o ambiente; e nesse sentido diverge da perspectiva da ecologia das populações, que considera as organizações em foco como receptores passivos das forças ambientais (HALL, 1990). Na perspectiva da dependência de recursos, as organizações tentam manipular o ambiente em que atuam para seu próprio benefício, implicando em decisões estratégicas para se adaptar ao ambiente. Contradependência é a denominação dada por HATCH (1997) à ação dos atores em antecipar decisões ligadas aos recursos escassos. As organizações são dependentes dos recursos de que necessita, e, por sua vez, são dependentes do

ambiente em que atuam. Os recursos dos quais as organizações dependem são os mais variados: novas tecnologias, matéria-prima, recursos financeiros, entre outros.

A contribuição dessa perspectiva é relevante no que diz respeito ao caráter interorganizacional de dependência de recursos (HALL, 1990), além da possibilidade de compreensão das forças de poder e dependência existente na rede de relações interorganizacionais (HATCH, 1997). Nesse sentido, as organizações usam essa interação ambiental como um recurso capaz de minimizar os problemas ligados à interdependência e incerteza do ambiente (PFEFFER, 1972). Essas organizações tentam absorver a interdependência e as incertezas, seja por fusões e aquisições, pela cooperação entre organizações e troca de recursos, seja até mesmo pelo movimento de troca entre profissionais da organização (HALL, 1990). O autor destaca que as unidades organizacionais que têm capacidade de interagir com as restrições, incertezas e contingências do ambiente obtêm maior poder dentro das organizações. Outro aspecto interessante que essa perspectiva apresenta é que a dependência entre organizações reflete na diferença de poder entre elas: uma organização tem mais ou menos poder do que a outra, à medida que controla os recursos necessários pelas outras ou reduzem sua dependência pelo controle dos recursos (NOHRIA & GULATI, 1994).

Algumas limitações à dependência de recursos são apresentadas por ALDRICH & PFEFFER (1976), que destacam a existência de limites na amplitude de opções disponíveis para os tomadores de decisões, tais como barreiras legais e econômicas. Observaram também que o poder de alterar o ambiente somente se aplica às grandes organizações, e as pequenas organizações têm um impacto menor no ambiente em que atua. Ainda NOHRIA & GULATI (1994) destacam que a perspectiva da dependência de recursos não é clara em especificar o que dirige a ação gerencial.

2.3 Contingência Estrutural

Esta perspectiva surgiu da idéia de que as ações organizacionais dependem das relações ambientais da organização. Como o seu próprio nome sugere, a estrutura organizacional é contingente às pressões e incertezas ambientais. O nível de análise desta perspectiva está nos fatores ambientais que condicionam as formas organizacionais. Os trabalhos ligados a ela têm origem nas contribuições clássicas de WOODWARD (1965), THOMPSON (1967) e BURNS & STALKER (1961). Muitos analistas observaram que a contingência estrutural é uma maneira de combinar elementos importantes acerca dos objetivos, conflitos e das restrições ambientais. Existem dois pressupostos acerca da perspectiva da contingência estrutural: não existe uma melhor forma de se organizar, e cada caminho da organização não é igualmente efetivo (NOHRIA & GULATI, 1994). De acordo com SCOTT *apud* HALL (1990, p.392), “a maneira ótima de organizar depende da natureza do ambiente com o qual a organização se relaciona”.

Diferentemente da perspectiva da ecologia populacional e da dependência de recursos, a perspectiva da contingência estrutural incorpora os objetivos como parte da cultura da organização e parte das disposições mentais dos tomadores de decisão. As organizações, como indivíduos, são criaturas com propósitos e objetivos que atuam conforme pressões do ambiente (HALL, 1990). Entretanto, atualmente é amplamente aceita a existência de conflitos com relação aos objetivos. Isso significa que a definição das atividades de término é sempre problemática para as organizações, pois estas abrigam conflitos – tanto no sentido vertical como horizontal – entre diferentes expectativas dos atores organizacionais. A grande preocupação acerca das análises contemporâneas da dependência estrutural está em fornecer um paradigma coerente com a análise da estrutura das organizações (DONALDSON, 1998). As análises dessa natureza incluem os relacionamentos de autoridade e de subordinação, os

comportamentos requeridos pelos regulamentos das organizações e os padrões adotados na tomada de decisões, como descentralização, padrões de comunicação, entre outros.

A grande contribuição dessa perspectiva é a relativização de como as organizações devem se organizar para lidar com as incertezas do ambiente. A contingência estrutural considera que não há uma estrutura organizacional única e efetiva para todas as organizações (DONALDSON, 1998). O autor destaca que a otimização da estrutura varia de acordo com determinados fatores, como a estratégia ou o seu tamanho. No trabalho clássico de BURNS & STALKER (1961), os autores identificaram duas tipologias de organizações que se formam e se adaptam conforme o tipo de pressão ambiental: são as organizações orgânicas e mecânicas. As principais características das organizações mecanicistas são: estrutura burocrática e divisão do trabalho, cargos ocupados por especialistas, decisões altamente centralizadas, hierarquia rígida, amplitude mais estreita de controle e compatibilidade de atuação em ambientes estáveis. As principais características das organizações orgânicas são: estrutura flexível com pouca divisão de trabalho, redefinição dos cargos, decisões descentralizadas, amplitude mais ampla de controle, maior confiança na comunicação e atuação em ambientes dinâmicos. Esses autores contribuem para o entendimento de que diferentes ambientes requerem diferentes tipos e estilos de organização. Assim, a organização ótima é aquela contingente aos fatores que a cercam (DONALDSON, 1998).

Algumas críticas são feitas por HALL (1990) ao modelo racional da contingência. Primeiramente, critica-se por ser uma abordagem tautológica e também por ser uma teoria que não fornece uma explicação de como ou por que se desenvolve uma maneira ótima de se organizar. Enfatiza, de maneira exagerada, a racionalidade, pois existem aspectos que não podem ser antecipados. Ademais, existem pressões externas e internas que não podem ser resolvidas como processos racionais pela sua natureza contraditória. Ainda NOHRIA & GULATI (1994)

destacam uma crença exagerada na capacidade adaptativa das organizações e uma estreita definição do que seja o ambiente organizacional.

2.4 Nova Economia Institucional

A perspectiva da nova economia institucional parte principalmente dos estudos da economia e tem recebido também atenção dos sociólogos. O nível de análise dessa perspectiva situa-se nos custos de transação e nas formas de governança das firmas. O conceito que veio revolucionar as análises econômicas em períodos recentes foi introduzido por COASE (1937). Em *The Nature of the Firm*, o autor considera a firma composta por várias transações que podem ser vistas como unidades básicas de análise. Após um longo tempo de esquecimento, somente na década de 60 é que os conceitos trabalhados por Coase foram incorporados às análises econômicas. Vários trabalhos com diferentes enfoques surgiram nesse período: primeiramente, AKERLOFF (1970) preocupou-se principalmente com a assimetria de informações entre os agentes econômicos, enquanto BARZEL (1982) desenvolveu uma análise de como conseguir um sistema de garantia que minimizasse os efeitos da assimetria informacional. Outro nível de análise introduzida por SAPPINGTON (1991) foi a relação de incentivos entre os agentes, isto é, como motivar o agente a desempenhar a tarefa adequadamente.

Paralelamente a esses trabalhos, a Nova Economia Institucional (NEI) consolidava-se como uma ramificação do novo institucionalismo. Os autores precursores da NEI são Oliver Williamson e Douglas North. Em seu trabalho *Mechanisms of Governance*, WILLIAMSON (1996) desenvolve o conceito de estrutura de governança, que é definida a partir dos atributos das diferentes transações. O autor busca caracterizar uma transação por meio da incerteza, frequência e da especificidade dos ativos, para assim estabelecer uma estrutura de governança que venha diminuir os custos de transação, isto é, o escopo da firma. Mercado

spot, contratos ou integração vertical são explicados pelos diferentes tipos ou atributos das transações que levam a diferentes formas de governança. O ponto de partida deste modelo é o intercâmbio de transações de bens e serviços em um mercado livre. Historicamente, as situações dos mercados livres foram tornando-se mais complexas e incertas; neste sentido as transações tornaram-se mais problemáticas. A perspectiva assume a presença do *homo* racional ou *economicus*, que atuam em benefício de seus interesses particulares (HALL, 1990). NORTH (1994) analisa como o conjunto de organizações pode influenciar o ambiente institucional, e também como o ambiente institucional pode influenciar o comportamento dos agentes. As análises de Douglas North contribuem para a perspectiva da Nova Economia Institucional em um nível macroinstitucional de análise, relacionando instituições e o desempenho econômico.

Uma das grandes contribuições de WILLIAMSON (1996) é sua centralidade nos custos de transação em lugar dos custos de produção. Como ressaltado por SCOTT *apud* HALL (1990) “a perspectiva do custo de transação assume que o que é crítico não é a produção, mas sim o intercâmbio de bens e serviços e as estruturas que governam estes intercâmbios”. Em outra de suas obras *The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting*, WILLIAMSON (1985) realiza um estudo microanalítico das propriedades da estrutura de governança das transações. Seus principais temas são: racionalidade e oportunismo, integração vertical, estruturas intermediárias entre contratação de mercado e hierarquia, entre outros temas importantes de sua obra. O enfoque dos custos de transação tem recebido atenção dos sociólogos organizacionais. ECCLES & WHITE (1988) estudaram as firmas com múltiplos centros de benefícios. Observaram que os custos de transação internos de algumas firmas podem exceder os custos de transação externos. Isto ilustra que a atenção dos sociólogos e economistas deve confluir em um mesmo sentido, em

busca da compreensão de outras variáveis inerentes a este estudo (HALL, 1990).

Entretanto, HALL (1990) afirma que a perspectiva dos custos de transação não pode dar respostas completas a todas as análises organizacionais. Ainda REED (1998) destaca a negligência das teorias econômicas em relação às lutas de poder e um exacerbado comportamento dos agentes derivados de uma estrutura de interesses. Esta perspectiva pode ser incorporada a outras perspectivas para a sua complementaridade, podendo ser combinadas aos modelos da ecologia das populações, dependência de recursos e contingência estrutural.

2.5 Novo Institucionalismo

A perspectiva do novo institucionalismo busca explicar por que as organizações surgem, tornam-se estáveis ou são transformadas (FLIGSTEIN, 1999), e as formas como a ação e a cultura são estruturadas nas organizações (DIMAGGIO & POWELL, 1991). Os autores destacam que as raízes teóricas desta perspectiva se originam no trabalho de MEYER & ROWAN (1991), *Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony*, onde surgiu o interesse de vários autores na sociologia em explicar os papéis simbólicos das estruturas formais. Entretanto, o novo institucionalismo não é um corpo de conhecimento único; ao contrário, é composto por três diferentes perspectivas analíticas: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico (HALL & TAYLOR, 1996). Os autores buscam explorar o conjunto de relações existentes entre as instituições e seu comportamento, bem como a explicação dos processos pelos quais as organizações se originam ou se modificam nas diferentes perspectivas: histórica, racional e sociológica.

O trabalho de SCOTT (1995) ilustra três níveis distintos de análise do novo institucionalismo: o regulativo, o normativo e o cognitivo. Esses três níveis analíticos permitem o entendimento de aspectos distintos de um mesmo

fenômeno (MACHADO-DA-SILVA, 1998). Os níveis regulativo, normativo e cognitivo são entendidos por meio dos mecanismos coercitivo (regras, leis e sanções), normativo (certificação e aceitação) e mimético (predomínio e isomorfismo) respectivamente (SCOTT, 1995). A teoria institucional tem investigado uma gama de fenômenos pela sua grande interdisciplinaridade. TOLBERT & ZUCKER (1998) destacam trabalhos que abrangem desde a expansão de políticas de pessoal à redefinição fundamental da missão organizacional ou a formulação de políticas nacionais e internacionais por organizações governamentais. Grande parte da investigação originada deste modelo tem sido desenvolvida a partir de organizações não lucrativas, cujas tecnologias são indeterminadas (HALL, 1990). A multiplicidade de trabalhos desta perspectiva confere ao novo institucionalismo uma dificuldade inerente ao seu entendimento e sistematização.

Uma das grandes contribuições do novo institucionalismo sociológico está no entendimento de como se configura o isomorfismo entre as organizações. As análises do novo institucionalismo consideram que as organizações estão inseridas em campos formados por outras organizações similares, que vão se tornando cada vez mais similares – isomórficas – dentro de seus campos organizacionais (DIMAGGIO & POWELL, 1991). Os autores destacam que as organizações se imitam e se modelam umas nas outras, em função das incertezas. Os autores citam três pressões ambientais onde se origina o isomorfismo das organizações: coercitivo, normativo ou mimético. Outras contribuições são encontradas nos trabalhos de MEYER, SCOTT & ZUCKER *apud* HALL (1990) referentes às questões internas da organização. Enfocam o modo como as práticas e os padrões adquirem condições de valores e são legitimados nas estruturas organizacionais. Essa visão torna-se uma extensão da concepção de Berger e Luckman acerca da realidade como uma construção social. Os atores organizacionais são concebidos como tendo sentimentos e significados (HALL, 1990).

O institucionalismo histórico foi desenvolvido a partir da teoria política e do estruturalismo funcionalista, durante as décadas de 1960 – 70 (HALL & TAYLOR, 1996). Os institucionalistas históricos acreditam que os conflitos entre os grupos rivais não se dá por recursos escassos. Buscam explicar as instituições e os conflitos da estrutura econômica através de processos históricos que privilegiam alguns interesses e desmobilizam outros. A análise histórica explora como outras instituições sociais e políticas podem estruturar suas interações que geram trajetórias distintas. Ainda HALL & TAYLOR (1996) destacam que o institucionalismo da escolha racional tem origens nos estudos do comportamento dos congressistas norte-americanos. Esta corrente do institucionalismo, com origens na ciência política, enfatiza a importância dos direitos de propriedade, renda e dos custos de transação para a operação e desenvolvimento das instituições. Atualmente, as análises voltam-se para a coalizão do comportamento entre as instituições, desenvolvimento de instituições políticas e a intensidade dos conflitos éticos.

Algumas críticas a este modelo são destacadas por HALL (1990). Primeiramente, por ser tautológico, isto é, confere uma explicação circular acerca dos fenômenos, que torna difícil a relação entre causas e efeitos. O modelo tem uma tendência a colocar os fenômenos organizacionais subordinados à determinação de uma esfera institucional. Um segundo problema está relacionado a definir o que está institucionalizado e o que não está. TOLBERT & ZUCKER (1998) destacam a necessidade da institucionalização da teoria institucional, pois há pouco consenso sobre a definição dos conceitos-chave, mensuração e métodos de análise. Outro problema é a grande variedade de aplicações da teoria institucional às situações organizacionais. HALL (1990) ressalta o cuidado de Dimaggio e Powell em destacar que os efeitos institucionais são mais problemáticos em situações caracterizadas por uma tecnologia indeterminada e por objetivos ambíguos.

3. Algumas Questões Comparativas

Neste artigo, buscou-se construir um quadro de referências acerca do nível de análise, principais variáveis, críticas e principais referenciais teóricos das perspectivas destacadas. Segundo FLIGSTEIN (1985), cada escola de pensamento tem a tendência de conceber sua teoria como uma explicação causal total dos fenômenos organizacionais. Num esforço comparativo e de diálogo entre as perspectivas, aqui se buscou discutir características teóricas primárias que forneçam bases para diferentes níveis de análise e compreensão das organizações. Com o objetivo de sistematizar características inerentes às perspectivas destacadas neste trabalho, a Tabela 1 ilustra o nível de análise, as principais variáveis, críticas e principais autores de cada uma das perspectivas.

As cinco perspectivas destacadas neste trabalho têm diferentes níveis de análise e concepção das características que circundam as organizações. A dependência de recursos é formulada em um nível organizacional e proporciona uma visão ampliada dos fluxos de recursos em que está envolta a organização (HATCH, 1997). Enquanto os ecologistas organizacionais buscam explicar por que existem tantos tipos de organização, os institucionalistas, principalmente os sociais, estão voltados a explicar por que as organizações se parecem umas às outras (HATCH, 1997). A perspectiva institucionalista e a ecologia das populações são similares, no tocante à crítica de se apresentarem como relativamente passivas aos elementos que compõem o ambiente organizacional. Diferem da perspectiva da dependência de recursos, em que os agentes são ativos, para evitar a dependência da organização ao ambiente.

A contingência estrutural busca refletir sobre os fatores que condicionam as formas organizacionais. Como destacado por DONALDSON (1998), a otimização da estrutura organizacional varia de acordo com determinados fatores, como a estratégia e o tamanho da organização. “Qual é a melhor forma de se organizar?” é a grande

Tabela 1 – Caracterização de alguns elementos acerca das novas perspectivas teóricas

<i>Variáveis</i> <i>Perspectiva</i>	<i>Nível de análise</i>	<i>Principais variáveis</i>	<i>Principais críticas</i>	<i>Principais autores</i>
<i>Ecologia das Populações</i>	População de organizações Nichos ecológicos	Variação, seleção e retenção de populações de organizações	Dificuldade de especificar a fonte de variação ambiental Ignoram os processos gerenciais	HANNAN & FREEMAN (1977) ALDRICH & PFEFFER (1976)
<i>Dependência de Recursos</i>	Interações ambientais Controles interorganizacionais	Fluxo de recursos Ação organizacional no ambiente	Limitação da ação organizacional O que dirige a ação gerencial	PFEFFER & SALANCIK (1978) PFEFFER (1972)
<i>Contingência Estrutural</i>	Fatores ambientais que condicionam a forma organizacional	Decisões estratégicas contingentes às pressões ambientais	Demasiada crença na capacidade adaptativa das organizações Dificuldade de apresentar respostas racionais as pressões internas e externas	WOODWARD (1965) THOMPSON (1967) BURNS & STALKER (1961)
<i>Nova Economia Institucional</i>	Custos de transação e formas de governança	Intercâmbio de bens e serviços em um mercado livre	Negligentes quanto a estruturas e lutas de poder Interesses individuais e grupais derivados de uma estrutura de interesses	WILLIAMSON (1996) NORTH (1994) WILLIAMSON (1985)
<i>Novo Institucionalismo</i>	Como as organizações surgem, tornam-se estáveis e são transformadas Estruturação da ação e ordem de significado	Aspectos coercitivos, normativos e cognitivos	Determinismo institucional para a difusão das formas organizacionais Dificuldade de mensuração das variáveis	FLIGSTEIN (1999) POWELL & DIMAGGIO (1991) SCOTT (1995)

pergunta feita pelos teóricos ligados à contingência estrutural. Dentro desta perspectiva, a pergunta se relativiza, destaca BERTERO (1998), pois são tantas estruturas corretas quantas forem as variáveis contingenciadoras. Há fortes indícios de que foi a contingência que inaugurou um novo ciclo teórico, que busca relacionar a organização ao seu ambiente.

O nível de análise da nova economia institucional está nos custos de transação e nas formas de governança. Esta perspectiva busca reduzir o custo das transações individuais por meio da padronização e rotinização para aumentar a eficiência da alocação de recursos (REED, 1998). A nova economia institucional pode ser caracterizada como uma ramificação do novo institucionalismo, principalmente na perspectiva ligada à escolha racional. O novo institucionalismo tem ganhado grande importância dentro dos estudos organizacionais. Talvez isto

explique a dificuldade de sistematização das características desta perspectiva, pois ela nos remete a perguntar de qual nível de institucionalização estamos falando. O foco de análise desta perspectiva está em explicar como as organizações surgem, tornam-se estáveis e são transformadas (FLIGSTEIN, 1999).

Torna-se importante destacar que todas essas perspectivas utilizam níveis e variáveis de diferente natureza. Este fato tem grande importância para os teóricos organizacionais, uma vez que há a necessidade de rompimento das redomas que limitam a análise organizacional. As redomas podem ser compreendidas como limites à intercambialidade de conceitos e níveis de análise, uma vez que há tentativas de construção de pontes entre abordagens econômicas e sociológicas, entre modelos estruturais e racionais, e entre teorias institucionais e ecológicas (NOHRIA & GULATI, 1994).

MARTINEZ & DACIN (1999), por exemplo, destacam uma contínua convergência e integração dos esforços entre as cinco abordagens teóricas exploradas neste artigo. Os autores destacam que a integração das perspectivas permite um melhor entendimento da adoção de inovações, formas de coordenação e controle organizacional. Os autores destacam a complementariedade entre a teoria dos custos de transação e a teoria institucional pela incapacidade de ambas de proporcionar uma visão completa do comportamento organizacional e seus atores. Assim, o processo de desconstrução, destacado por HATCH (1997), parece acontecer na medida em que pontes e discussões de diferentes perspectivas são construídas, permitindo a sistematização e o redirecionamento das bases analíticas nos estudos organizacionais.

4. Considerações Finais

A evolução das estruturas analíticas em teoria das organizações depende do reconhecimento, apreciação e novas perspectivas teóricas (ALDRICH, 1999). Esta característica, sempre presente no campo dos estudos organizacionais, convida a esforços no sentido da construção de pontes entre abordagens econômicas e sociológicas,

entre modelos estruturais e racionais, e entre teorias institucionais e ecológicas (NOHRIA & GULATI, 1994). Alguns trabalhos buscam o entendimento das novas perspectivas nos estudos organizacionais, como HALL (1990), ALDRICH (1999), CLEGG *et al.* (1998), NOHRIA & GULATI (1994), HATCH (1998) e REED (1998). Os temas de análise destes trabalhos giram em torno das perspectivas ecológicas, institucionais, dependência de recursos, entre outros.

O objetivo da reflexão teórica acerca das novas perspectivas é reorientar as áreas, de maneira que se considerem as teorias competidoras como contribuintes ao entendimento dos fenômenos organizacionais (FLIGSTEIN, 1985). Na compreensão de NOHRIA & GULATI (1994), o desenvolvimento de um modelo pós-burocrático de organização depende da tentativa de articulação de novas bases de entendimento das organizações. Neste sentido, a sistematização das recentes perspectivas em análise organizacional fornece novas bases analíticas e metodológicas para o entendimento das organizações e para o redirecionamento dos estudos organizacionais. A importância deste redirecionamento é latente em função da ambigüidade e contradição encontrada no campo dos estudos organizacionais.

Referências Bibliográficas

- AKERLOFF, G.A. The market for 'lemons': quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, v.84, p.488-500, 1970.
- ALDRICH, H.E. **Organizations evolving**. London, Sage Publications, 1999.
- ALDRICH, H.E.; PFFEFER, J. Environments of organizations. **Annual Review of Sociology**, n.2, p.79-105, 1976.
- BARZEL, Y. Measurement cost and the organization of markets. **Journal of Law and Economics**, v.25, p.27-48, 1982.
- BAUM, J.A.C. Ecologia organizacional. In: CLEGG *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BERTERO, C.O. Nota técnica: teoria da contingência estrutural. In: CLEGG *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BURNS, T.; STALKER, G.M. **The management of innovation**. London: Tavistock, 1961.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- COASE, R. The nature of the firm. In: COASE, R. **The firm, the market, and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1937.
- CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. **Handbook de estudos organizacionais**. Volume I. São Paulo: Atlas, 1998.

- DIMAGGIO, P.J.; POWELL, W.W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality. In: POWELL, W.W.; DIMAGGIO, P.J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago Press, 1991.
- DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- ECCLES, R.G.; WHITE, H.C. Price and authority in inter profit center transaction. **American Journal of Sociology**, 94 (supplement), S.17-S.51, 1988.
- EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- FLIGSTEIN, N. The spread of the multidivisional form along large firms. 1919 – 1979 **American Sociological Review**, n.50, p.377-391, 1985.
- FLIGSTEIN, N. **Fields, power, and social skill: a critical analysis of the new institutionalism**. Berkeley: University of California, 1999.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, p.491-501, 1985.
- GULATI, R.; NOHRIA, N.; ZAHEER, A. Redes estratégicas. **Strategic Management Journal**, n.21, p.203-215, 2000.
- HALL, P.A.; TAYLOR, R.C. **Political science and the three new institutionalism**. Oxford: Blackwell Publishers. Political Studies, n.XLIV, p.936-957, 1996.
- HALL, R.H. Desarrollos recientes en teoria organizacional: una revision. **Ciencia Y Sociedad**, v.XV, n.4, Outubro-Diciembre, 1990.
- HANNAN, M.T.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, v.82, n.5, p.929-924, 1977.
- HATCH, M.J. **Organization theory**. Oxford University Press, 1997.
- MACHADO-DA-SILVA, C. A teoria institucional (nota técnica). In: CLEGG *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- MARTINEZ, R.J.; DACIN, M.T. Efficiency motives and normative forces: combining transaction costs and institutional logic. **Journal of Management**, v.25, n.1, p.75-96, 1999.
- MEYER, J.W.; ROWAN. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: POWELL, W.W.; DIMAGGIO, P.J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago Press, 1991.
- NOHRIA, N.; GULATI, R. Firms and their environments. In: SMELSER, N.J.; SWEDBERG, R. **The handbook of economic sociology**. Princeton University Press, 1994.
- NORTH, D.C. **Custo de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- PFEFFER, J. Size and composition of corporate boards of directors: the organization and its environment. **Administrative Science Quarterly**, v.17, n.2, june 1972.
- PFEFFER, J.; SALANCIK, G. **The external control of organizations**. New York: Harper e Raw, 1982.
- POWELL, W.W.; DIMAGGIO P.J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago Press, 1991.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- SAPPINGTON, D.E.M. Incentives in principal agent relationships. **Journal of Economic Perspectives**, p.45-66, 1991.
- SCOTT, W.R. **Institutions and organization**. London: Sage Publications, 1995.
- THOMPSON, J.D. **Organizations in action**. New York: McGraw-Hill, 1967.
- TOLBERT, P.S.; ZUCKER, L.G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- UZZI, B. The sources and consequences of embeddedness for the economic performance of organizations: the network effect. **American Sociological Review**, 1996.

WILLIAMSON, O.E. **Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications.** New York: Free Press, 1975.

WOODWARD, J. **Industrial Organizations: theory and practice.** New York: Oxford University Press, 1965.

WILLIAMSON, O.E. **Mechanisms of governance.** New York: Oxford University Press, 1996.

NEW PERSPECTIVES IN ORGANIZATIONAL ANALYSIS

Abstract

The evolution of organizational studies comprises different and contrasting approaches. The organizational theory has not yet formed a unified field of concepts and interpretations about what is at risk in organizations. The objective of this paper is to present some of the new approaches to organizational analysis: resource dependence, populational ecology, structural contingency, new institutional economy and new institutionalism. These approaches serve as important theoretical references for the evolution and systematization in contemporary organizational studies, providing a deeper understanding on how to analyze organizations.

Key words: organizational analysis, organizational theory, contemporary approaches.